

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO NO CAMPO: REVISANDO AS IMPLEMENTAÇÕES DO SISTEMA NACIONAL PARA FORMAÇÃO DE EDUCADORES

Elisete Cristina Gonçalves dos Santos¹

Irizelda Martins de Souza e Silva.

INTRODUÇÃO

A educação no e do campo tem um vínculo de origem com as lutas sociais camponesas. Este vínculo lhe confere um traço de identidade importante. Busca construir um outro olhar para a relação: campo e cidade vista dentro do princípio de igualdade social e diversidade cultural. Mas nem sempre foi levada em consideração esta relação e esta necessidade, somente a partir da intensificação das lutas pelos direitos sociais, “[...] Novos valores, nova cultura, nova identidade, nova consciência de dignidade, nova consciência de direitos” (ARROYO, 2005, p. 48), é que se avalia a necessidade de construção de um sistema público de educação do campo. A partir desse contexto de mobilização social, a constituição de 1988 consolidou compromisso do Estado e da sociedade brasileira em promover a educação para todos, garantindo o direito ao respeito e à adequação da educação às singularidades culturais e regionais.

A educação do e no campo apresenta, em alguns casos, uma visão distorcida da realidade em relação ao seu conceito, “é bom lembrar que durante décadas nem sequer se falava da educação do campo, era a educação rural, a escolinha rural, professor rural” (ARROYO, 2005, p. 47). A realidade atual engloba assalariados rurais temporários, posseiros, meeiros, arrendatários, acampados, assentados, reassentados, atingidos por barragens, agricultores familiares, povos da floresta, indígenas, descendentes de negros provenientes de quilombos, pescadores ribeirinhos². É bom recordar que o trabalho

¹ Acadêmica do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá. Av. Dr. Alexandre Rasgulaeff, 3821 – ap. 101 bl. C. 99382599. lisabbarrossan@hotmail.com/ lisabbarros@pop.com.br

² Algumas definições tornam-se necessárias para entendermos o processo de constituição de uma educação no campo. Assalariados rurais: conhecidos também como bóia-fria, volante, corumbá, geralmente trabalham em serviço braçal; Posseiros: são pequenos agricultores que ocupam uma pequena área de terra que não lhe pertence, geralmente terras improdutivas, do governo, ou áreas abandonas; Meeiros: é um trabalhador rural informal, trabalha em terras de outras pessoas, o meeiro oferece a mão de obra e reparte com o dono da terra o resultado da produção; Acampados: são pessoas, na maioria das vezes aqueles que foram marginalizados ou destituídos de seus bens. Residem em barracas, sem uma infra-estrutura adequada Assentados: indivíduos que foram atendidos em programas oficiais de reforma agrária; Reassentados: indivíduos que são retirados de um local e reassentados em outro, mediante indenização por parte dos desapropriadores; Atingidos por barragens; Povos da floresta: são indivíduos que vive na Amazônia e nos

escravo e a exploração durante a colonização do Brasil, arrastaram-se durante muitas décadas tratando o trabalhador rural de forma pejorativa. Termos inadequados como “Jeca Tatu”, “Capiau”, “Jeca” eram utilizados para referir-se a esses trabalhadores, que muitas vezes iam com seus pés sujos em busca de uma educação que era seu direito.

OBJETIVOS

Perante esta visão sobre a educação no campo, criou-se necessidade de pesquisar, revisar, atualizar os dados para as implementações do sistema nacional para a formação de educadores organizando fontes documentais para análises posteriores das implementações estaduais de políticas públicas na década da educação (1997 - 2007). Este projeto teve como principais objetivos: organizar fontes documentais para análises posteriores das implementações estaduais de políticas públicas até a década da educação (1997 - 2007) e atualizar os dados para o ensino.

A observação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Título I, Artigo 3º IV e Seção I – Da Educação, Artigo 206 (BRASIL, 2002); das Leis de Diretrizes e Base da Educação Nacional — LDB — nº. 9.394/96, Artigos, 28, 78, 79. (BRASIL, 1996); e da Resolução do Conselho Nacional de Educação/Conselho Educação Básica — CNE/CEB — nº. 1, de 3 de abril de 2002 — Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo (BRASIL, 2002) são relacionadas com os dados obtidos e funcionam como subsídios para a verificação de sua legitimidade quanto à questão da educação do campo e a formação de educadores, que estão sendo dispostas nos estados.

METODOLOGIA

A coleta dos dados da pesquisa foi obtida por meio da *INTERNET*, junto às páginas das Secretarias Estaduais de Educação das regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste do Brasil. O envio de *e-mail*, cartas e ligações telefônicas foram os instrumentos

biomas da Caatinga, Mata Atlântica, Cerrado, Pampa e Pantanal, indivíduos, que residem próximos as barragens feitas para a construção de hidrelétricas em todo o Brasil; Indígenas: São designados como povos aborígenes, autóctones, nativos ou indígenas; Descendentes de negros provenientes de quilombos: são descendentes de escravos negros; Pescadores ribeirinhos: moradores tradicionais das margens dos rios, que praticam a pesca artesanal de subsistência.

utilizados. As consultas objetivavam o levantamento documental, referente à educação no e do campo destacando informações sobre a formação de educadores para tal modalidade. Para favorecer o desenvolvimento e levantamento dos dados, foi montado um questionário constituído de perguntas que abordaram desde a educação rural e indígena, até a existência de escolas agrícolas e a valorização dos profissionais da educação.

As fontes obtidas na pesquisa foram identificadas e organizadas em forma de textos e caderno de memórias, para análises posteriores no projeto de pesquisa institucional: Políticas Públicas e Gestão na Década da Educação no Brasil: educação no campo; o trabalho precoce e a formação de educadores (1997 a 2007). Contribuíram também, para constatar se o que está determinado legalmente na Constituição, LDB e Diretrizes é de fato real e legítimo.

AÇÕES CONCRETAS NO ÂMBITO NACIONAL

Os resultados, obtidos apresentaram distorções com relação ao tratamento dado à educação do campo. Em algumas regiões, evidenciamos certo descaso. No decorrer da pesquisa, diversas dificuldades foram constatadas, a principal delas foi à falta de clareza em alguns *sites* das Secretarias de Educação com relação à educação no campo, embora tivesse o *link* da educação no campo, não fornecia nenhum dado ou a página estava em construção. Assim, nem todas as páginas acessadas forneceram dados relevantes e, quando buscamos o contato por telefone ou *e-mail*, a falta de informação é justificada “alegando acesso restrito a funcionários ou a pessoas ligadas diretamente à Secretaria Estadual de Educação.”.

Alguns estados, contudo, apresentaram programas de formação de professores da educação básica do campo, visando melhorias nas práticas de ensino-aprendizagem. Os dados revelaram timidamente a preocupação na formação de educadores exclusivamente para o trabalho com a educação no e do campo. Pudemos verificar a preocupação de estados com a questão indígena, quilombola, ribeirinhos, atingidos por barragens, assentados e acampados tanto com a educação formal e informal quanto com a formação de professores. A capacitação desses sujeitos é realizada por meio de programas de inclusão em instituições de ensino superior, programas do Ministério da

Educação, das secretarias estaduais e municipais e Organizações não Governamentais - ONGs que possibilitam sua formação, levando em consideração alguns de seus aspectos culturais e sociais. Os dados apontam, também para o grande entrave referente à comunicação da língua falada e escrita dos povos indígenas.

No segundo semestre de 2007, o MEC, incluiu em seu *site*, dados oficiais pertinentes à educação no e do campo. A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), criada em julho de 2004, é a mais nova secretaria do Ministério da Educação. Nela estão reunidos temas como: alfabetização e educação de jovens e adultos, educação do campo, educação ambiental, educação escolar indígena, e diversidade étnico-racial, temas antes distribuídos em outras secretarias. A criação da Secad marca uma nova fase no enfrentamento das injustiças existentes nos sistemas de educação do país, valorizando a diversidade da população brasileira, trabalhando para garantir a formulação de políticas públicas e sociais como instrumento de cidadania.

O *site* com o *sítio* da educação no e do campo é assim constituído: Documentos de referência: referências para Política da Educação do Campo; mapeamento das Instituições que utilizam a Pedagogia da Alternância; panorama da Educação do Campo; II Conferência Nacional Por Uma Educação do Campo; Caderno Temático Educação no Campo. Programas, Projetos e Ações: Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo – Procampo. Legislações: Diretrizes Operacionais para as Escolas de Educação Básica do Campo; parecer sobre a Pedagogia da Alternância; medida Provisória nº. 411, de 28 de dezembro de 2007 - PROJOVEM.

Conforme dados do IBGE, em 2006, existiam 31,294 milhões de pessoas vivendo no campo, enquanto na zona urbana a população de 15 anos ou mais apresenta uma escolaridade média de 7,3 anos, na zona rural esta média corresponde a 4 anos. Apesar do aumento do número de estabelecimentos que oferecem o nível médio nas comunidades rurais verificado pelos censos escolares realizados pelo Inep/MEC nos últimos anos (de 679 em 2000 para 1.533 em 2006), sua oferta se encontra ainda longe da universalização, esta situação requer, além de política de expansão da rede de escolas públicas que ofertem essas etapas da educação básica no campo, a correspondente oferta de trabalho docente com formação adequada.

A grande maioria dos professores da área rural enfrenta sobrecarga de trabalho, dificuldades de acesso às escolas e a instituições de ensino superior, salários baixos e pouca qualificação em relação aos professores da zona urbana. Os dados do censo escolar 2006 apontam que, na zona urbana, 10,4% das funções que atuam nos anos finais do ensino fundamental possuem formação apenas em nível médio, enquanto na zona rural este percentual corresponde a 42,5%. No ensino médio, o número de funções docentes com formação no mesmo nível em que atuam corresponde, na zona urbana, a 4,3% e, na zona rural, a 12,8%. Em termos absolutos, são 48.945 funções docentes que atuam nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio nas escolas do campo sem formação superior.

O Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo – Procampo, é uma iniciativa do Ministério da Educação e Cultura – MEC, por intermédio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - Secad, em cumprimento às suas atribuições de responder pela formulação de políticas públicas de combate às desvantagens educacionais históricas sofridas pelas populações rurais e valorização da diversidade nas políticas educacionais. O objetivo do Programa é apoiar a implementação de cursos regulares de Licenciatura em Educação do Campo nas Instituições Públicas de Ensino Superior de todo o país.

Inicialmente quatro Universidades Federais, fazem parte desse projeto piloto: as Universidades Federais de Minas Gerais (UFMG), Sergipe (UFS), Bahia (UFBA) e Brasília (UNB). Embora o MEC apresente as Licenciaturas como projeto piloto, em algumas Universidades, já ocorria à oferta desses Cursos, como é o caso da Universidade Federal de Minas Gerais que em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento Social Via Camponês, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com o objetivo de formar professores capacitados para atuarem na educação no e do campo.

Entre os critérios exigidos, os projetos devem prever: a criação de condições teóricas, metodológicas e práticas para que os educadores em formação possam tornar-se agentes efetivos na construção e reflexão do projeto político-pedagógico das escolas do campo; a organização curricular por etapas presenciais, equivalentes a semestres de cursos regulares, em Regime de Alternância entre Tempo-Escola e Tempo-Comunidade, para permitir o acesso e permanência dos estudantes na universidade (tempo-escola) e a relação prática-teoria-prática vivenciada nas comunidades do campo (tempo-

comunidade); a formação por áreas de conhecimento previstas para a docência multidisciplinar – Linguagens e Códigos, Ciências Humanas e Sociais, Ciências da Natureza e Ciências Agrárias, com definição pela universidade da(s) respectiva(s) área(s) de habilitação; e a consonância com a realidade social e cultural específica das populações do campo a serem beneficiadas, segundo as determinações normativas e legais concernentes à educação nacional e à educação do campo em particular. (MEC, 2007)

RESULTADOS DA PESQUISA

A região Sudeste é formada pelos Estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, é uma região rica em diversidade cultural, destaca-se pela presença de indígenas, como os guarani, e culturas tradicionais não-indígenas, como o caiçara, o quilombola e o caboclo ribeirinho, além da existência de outras etnias.

No *site* da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo, não foi possível encontrar dados que apresentem trabalhos ou projetos desenvolvidos que beneficiam esta população, no que se refere a educação no campo. Quanto à formação de professores a Secretaria Estadual de Educação em parceria com a Universidade de São Paulo - USP, oferece a formação de professores indígenas que acontece nos pólos do Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério – CEFAMS que tem como principal objetivo, capacitar professores indígenas para trabalharem nos anos iniciais do ensino fundamental.

Outros projetos e estudos referentes à educação no campo, são feitos pela Universidade de São Paulo; núcleo de apoio a Pesquisa. Centro de Estudos Rurais e Urbanos – CERU; núcleo de Pesquisa em Estudos Interdisciplinares sobre o Negro Brasileiro – NEINB; Núcleo de Educação Indígena – NEI. No estado de São Paulo a Universidade de São Paulo - USP apresenta vários núcleos de pesquisa entre eles: CERU Núcleo de Apoio à Pesquisa Centro de Estudos Rurais e Urbanos, NHII Núcleo de História Indígena e do Indigenismo, NEINB Núcleo de Pesquisa em Estudos Interdisciplinares sobre o Negro Brasileiro. A secretaria de educação de estado apresenta programa para a educação indígena formação de professores indígenas. Quanto à formação de professores o estado apresenta a PROGESTÃO destinada a gestores escolares. A Cefapro e um outro programa destinado à formação de professores mais não apresenta acesso no *site* da secretaria.

No estado do Rio de Janeiro, a Secretaria Estadual de Educação, não apresenta em seu *site* nenhum dado que trate da Educação no Campo e a Formação de Professores.

O Estado do Espírito Santo apresenta no *site* da Secretaria Estadual de Educação, *link* educação no campo, mais este se encontra em desenvolvimento, tem também um *link* específico da educação indígena que apresenta algumas informações. Destaca-se que o reconhecimento público do magistério se deu através da criação da categoria de “Professor Índio” e do concurso Municipal Diferenciado Indígena realizado. A Secretaria Estadual de Educação de Espírito Santo tem feito um trabalho de parceria junto à Secretaria Municipal de Aracruz, na formação inicial e continuada dos educadores índios Tupinikim e Guarani, de modo a atender suas reais necessidades.

No estado de Minas Gerais, o *site* da Secretaria Estadual de Educação, não apresenta dados sobre a educação no campo e a formação de professores. As visitas aos *sites* das Secretarias Estaduais de Educação foram feitas no período de realização da pesquisa, tendo em vista que alguns *sites* encontravam-se em manutenção, optou-se por tentativas via telefone, que também foram em vão, assim, podemos citar uma grande dificuldade em obter informações pertinentes à educação no campo e a formação de professores.

A região sul compreende os estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, é a menor das regiões brasileiras. É um grande polo turístico, econômico e cultural, abrangendo grande influência européia, principalmente de origem italiana e germânica.

O *site* da Secretaria Estadual Educação do Estado de Santa Catarina, não apresenta nenhum *link* sobre a Educação no Campo, contudo, em pesquisa ao site do Ministério da Educação e Cultura sabe-se que no estado formou-se a Comissão e Educação do Campo – (Secretaria de Estado, Ciência e Tecnologia/Diretoria de Educação Básica; Núcleo de Educação do Campo - Elaboração do Regimento Interno (No aguardo da Portaria para instituí-lo formalmente) e que o estado possui uma Carta para a Educação do Campo de 2004, mais devido a dificuldade de acesso a secretaria e ao portal dia-a-dia da educação não foi possível levantar dados mais consistentes. A Universidade Federal de Santa Catarina tem uma pós-graduação em Educação no Campo e Desenvolvimento Territorial, que tem como objetivo: oportunizar o

estreitamento de laços nos territórios rurais entre professores, educadores, técnicos e lideranças de movimentos sociais organizados, ampliando a sua capacidade de pesquisa, de reflexão teórico-analítica e operacional, preparando-os para atuar na coordenação e implementação de ações educacionais, nas dinâmicas de desenvolvimento nos territórios rurais, na formulação de uma política nacional de educação no campo. O curso é dividido em encontros presenciais e trabalhos efetuados nas comunidades onde os estudantes estão inseridos.

O estado do Rio Grande do Sul, não apresenta no *site* dados sobre a Educação no Campo, existem alguns programas que beneficiam moradores da zona rural, mais não é especificado como educação rural, um deles é “Alfabetiza Rio Grande do Sul” que tem como objetivo, combater o analfabetismo da população urbana e rural. A Universidade Estadual do Rio Grande do Sul oferece a Pedagogia da Terra desde 2002, o curso é destinado a estudantes oriundos de assentamento da reforma agrária ligados aos movimentos sociais organizados: trabalhadores rurais sem terra, pequenos agricultores, mulheres camponesas, atingidos por barragens, pastoral da juventude rural, trabalhadores desempregados. Este curso tem parceria com o INCRA, com o Programa Nacional de Educação na reforma Agrária – PRONERA, com o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária – ITERRA, os componentes curriculares foram desenvolvidos e organizados por professores da UERS que também coordenam o curso, o curso funciona com tempo-escola tempo-comunidade, visando assim a especificidade de uma educação do campo.

O CASO PARANÁ

O Paraná tem feito articulações com movimentos sociais, professores, gestores de escolas municipais e estaduais, entre outros que atuam realidade do campo na busca de elementos para a constituição da Educação no campo. Desde a publicação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, aprovada pelo Conselho Nacional de Educação e instituída na Resolução CNE/ nº. 1, de 03 de abril de 2002, o estado tem promovido seminários com o objetivo que estruturar e consolidar a Educação no Campo. Entende-se que: “Historicamente, a educação só evolui quando cresce a consciência dos direitos políticos e sociais e é isso que esta acontecendo no

campo. Por isso estamos num momento em que podemos pensar sim na construção de um sistema de educação para o campo.” (ARROYO, 2005, p. 48).

O I Seminário Estadual da Educação do Campo com o tema Construindo Políticas Públicas, realizado de 9 a 11 de março de 2004 foi promovido pela Coordenação de Educação no Campo, da Secretaria de Estado do Paraná (SEED/PR, com apoio do Ministério da Educação - MEC e da Articulação Paranaense por uma Educação do Campo. Teve como eixo o entendimento que as políticas públicas devem ser construídas com e não para os sujeitos do campo. Por isso contou com a participação de um conjunto de entidades que trabalham para reconstruir um modelo de educação e desenvolvimento para o campo, podemos citar entre elas; associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR); associação Projeto Educação do Assalariado Rural Temporário (APEART); casas Familiares Rurais (CFR); coordenação Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu (CABRI); comissão e Pastoral da Terra (CPT); central Única dos Trabalhadores (CUT); movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST); movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP-Sindicato); universidade, militantes dos movimentos sociais, ONGs, professores e gestores de escolas municipais e estaduais do Paraná que atuam na realidade do campo (2005, p.13).

Foram organizados grupos de trabalho para viabilizar a troca de experiências, e percebeu-se que a realidade paranaense não está longe da realidade nacional: problemas enfrentados com relação à estrutura física das escolas; falta de políticas públicas voltados para a formação continuada de educadores do e no campo; dificuldade do professor em diagnosticar e atender crianças com necessidades educacionais especiais; falta de proposta pedagógica; dificuldade de acesso dos alunos à escola; falta de um modelo de escola rural e a não existência nas universidades de uma política de ensino que evidencie a educação no campo e sua inserção nas diversas áreas do conhecimento, estão entre as principais dificuldades encontradas.

Este modelo de educação existe até hoje no Paraná. As escolas rurais que existiam na zona rural, que era basicamente uma cópia das escolas urbanas, estão sendo fechadas, e, os alunos estão sendo levados à cidade pela expansão do processo de nucleação, estes alunos estão sendo afastados de sua realidade e inseridos ou “jogados” em escolas onde o “pé sujo” é motivo para risos. Com as problemáticas levantadas

acima, os grupos buscaram refletir sobre o que poderiam sugerir para contribuir com a formulação do Plano Estadual de Educação, especificamente quanto a Educação do Campo, assim, foi apresentada as seguintes propostas: 1) assegurar a organização da escola e dos currículos escolares vinculados à realidade do campo, garantindo a relação entre o acesso aos conhecimentos historicamente acumulados e os saberes da vivência cotidiana; 2) garantir infra-estrutura física e humana de qualidade para a educação do campo; 3) promover a formação e valorização dos educadores e educadoras no campo; 4) democratizar e universalizar os níveis e modalidades do ensino para a educação do campo, conforme a LDB 939496 da Resolução CNE/ nº. 1, de 03/04/2002 - Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo; 5) fortalecer a identidade dos povos do campo, possibilitando a valorização da história e da cultura do homem e da mulher do campo. Estas propostas contribuíram para a formulação do texto preliminar do Plano Nacional de Educação referente à Educação do Campo e orientando os trabalhos das ações da Secretaria de Estado da Educação do Paraná e da coordenação de Educação do Campo.

O II Seminário Estadual de Educação do Campo (que resultou na Carta do Paraná para a Educação do Campo) ocorreu de 7 a 9 de abril no ano de 2005, com cerca de 700 participantes, entre secretários municipais de educação, técnicos, professores e representantes de movimentos sociais, foram discutidos temas como diretrizes e políticas do MEC para a educação do campo, diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo, construção de uma política pública para a educação do campo e outros temas correlatos. Nos resultados dos trabalhos desenvolvidos, foram feitas as propostas e objetivos para a formação de professores, nucleação e transporte escolar, desenvolvimeto rural e educação no campo – concepção de campo e concepção de escola do campo, gestão e financiamento, projeto político pedagógico das escolas do campo. Com relação à formação de professores alguns objetivos destacados: garantir a capacitação dos educadores e educadoras para atuar na Educação do Campo através da formação continuada e permanente, por meio das instituições públicas e com financiamento garantido; promover política de formação inicial de educadores com currículos adequados as necessidades dos sujeitos do campo, respeitando as características regionais, incluindo a formação por área de conhecimento; promover programas permanentes de formação em serviço, utilizando-se da Pedagogia da

Alternância³ para o desenvolvimento da prática e pesquisa em educação do campo; fomentar a inclusão da temática do campo nas Diretrizes Curriculares Nacionais de nível superior das áreas de Educação (Pedagogia e Licenciaturas), bem como de outros que tenham vínculos diretos ou indiretos com a realidade do campo; promover concursos públicos para a Educação do Campo. Com critérios claros quanto ao perfil dos edificadores e educadoras e com regime de dedicação exclusiva; articular as instituições de fomento de pesquisa as universidades para o desenvolvimento de projetos de pesquisa, ensino e extensão na Educação do Campo criando grupos interinstitucionais de pesquisa na Educação do Campo; elaborar e construir materiais didático-pedagógicos voltados às especificidades da Educação do Campo (2005, p.03).

A Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste foi pioneira no Paraná ao apresentar um projeto para a implementação em 2004 de um curso de Pedagogia para Educadores do Campo. As primeiras articulações ocorreram juntamente com Movimentos Sociais democráticos com a função social de garantir uma política de formação inicial de educadores.

O projeto teve como base para sua elaboração os modelos de outras experiências semelhantes, pelo qual o regime de alternância e a característica de projeto especial configuram-se como seu eixo fundamental, por completar a necessária articulação entre a formação teórica do pedagogo e a formação prática. As disciplinas do curso diferenciadas e voltadas às necessidades de formação do pedagogo para/do campo, nos diversos tempos educativos, caracterizam um perfil profissionalizante nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos. É um curso que permite a consideração da experiência educativa no próprio processo de formação, em toda sua amplitude e complexidade, impondo-se, portanto, ao encontro de formas atenderem as necessidades temporais do tempo escola em relação com as realidades educativas existentes. (apresentação do curso feita pela Pró-Reitoria de Graduação da UNIOESTE – Professora Rosana Becker Quirino e Educandos do Curso)

A UNIOESTE também oferece um curso de Formação Continuada de Professores. Este projeto derivou do Projeto de Pesquisa: A gestão democrática na prática: um análise da educação no interior das escolas do MST e do Estágio Supervisionado das Acadêmicas do curso de Pedagogia da UNIOESTE – campus Foz do Iguaçu, que foram realizados na escola Chico Mendes (município de Querência do Norte que tem sua economia constituída basicamente pela agricultura de minifúndios).

³ Pedagogia da alternância – é uma alternativa para Educação no campo. O aluno passa um tempo na escola, depois volta para a sua comunidade, validando o que aprendeu. Depois volta a escola por um novo período. Assim até o termino de seu curso, desta forma a educação no campo, baseada na Pedagogia da Alternância busca prover a necessidade de estudar e trabalhar ao mesmo tempo.

Percebeu-se a necessidade de elaborar uma proposta para constituir uma identidade para a Educação no Campo visando atender as necessidades educativas reais.

A proposta consiste em um trabalho coletivo entre a comunidade, a escola, discentes, trabalhadores de serviços gerais até a equipe pedagógica. A descrição destas articulações nos faz refletir acerca da importância da constituição de uma identidade de Educação no Campo, embora ainda exista muito que fazer os primeiros passos já foram dados, assim o estado do Paraná apresenta relevantes avanços para a elaboração de uma “legítima” Educação no Campo.

Novamente a grande dificuldade esteve com relação ao levantamento de dados oficiais, por este motivo, dados de origem popular, não puderam ser expostos, pois não foi possível encontrar sua origem, nos contados por telefone, nenhuma comunicação foi realizada, sempre que conseguíamos ligação as pessoas responsáveis pelos atendimentos não estavam disponíveis.

A Região Centro-Oeste é dividida em quatro unidades federativas: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal, onde fica Brasília, a capital do país, é a região menos populosa. É uma região agrícola, a economia comercial de grãos vem crescendo nos últimos anos levando o índice de produtividade de alguns estados a competir com estados pioneiros na agricultura.

Nos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, há preocupação com a educação no campo, levando em conta que uma grande maioria dos moradores destes dois estados é de origem rural. A educação indígena tem destaque e maior relevância nos dois estados. No que se refere à formação continuada de professores, existe nos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, uma preocupação em formar os professores para atuarem junto aos indígenas, seguem geralmente as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Indígena, com financiamento do governo Estadual em parceria com o Federal.

Quanto a Goiás não foi possível fazer um levantamento de dados a partir do *site* da Secretaria Estadual de Educação. O *site* existe, mais o link não fornece informações, e às vezes nem abre. Alguns *e-mails* foram enviados as regionais de educação do estado, dentre os vários enviados, em dois obtive resposta, dizendo apenas “que não tinham dados sobre educação no campo ou programa de formação de professores”.

No *site* da Secretaria do Distrito Federal, não obtive dados sobre a Educação no Campo, porém, na Universidade de Brasília - UNB existe o CEFORM (Centro de Formação Continuada de Professores da UNB) tendo como principal objetivo: elaborar e zelar pela implantação de uma política institucionalizada de formação continuada de profissionais da educação, com atenção especial aos professores da rede pública de ensino fundamental. UNB oferece curso de licenciatura em Educação no Campo em parceria com o MEC, o curso funciona em regime de alternância, e atende professores e outros profissionais em escolas rurais ou em outras escolas da rede pública, que trabalham em centros de alternância ou em experiências educacionais alternativas da rede pública nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul que não tenham formação de nível superior.

ALGUMAS CONCLUSÕES:

São vários movimentos populares que buscam construir sua própria identidade, resistindo aos processos de exclusão, como, por exemplo, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) em suas escolas de (re) assentamento; as Escolas Famílias-Agrícolas (EFAs), trabalhando com jovens pela manutenção da agricultura familiar; as comunidades indígenas, em grandes mobilizações por uma escola que respeite e resgate sua cultura; o trabalho em comunidades remanescentes de quilombos; os povos das florestas e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), em suas escolas de assentamento com as Escolas Itinerantes nos acampamentos. Atualmente, o MST conta com experiências na formação de professores em nível médio e superior.

As aproximações feitas nessa pesquisa apontaram que a educação do campo é um espaço de luta dos movimentos sociais que cobram do Estado o cumprimento de seus deveres constituintes. Há o enfrentamento e certa resistência, por parte das políticas públicas da educação, em relação à formação de educadores no e do campo. O caminho aberto por algumas universidades e faculdades por nós estudadas revelou que ainda é tímida a “democratização” do espaço para a educação do e no campo e a formação de seus educadores. Muitos dados da pesquisa foram levantados a partir de sites dos movimentos sociais, e de instituições ou núcleos de estudos sobre a questão agrária e seus afins. Como por exemplo, Movimento do Atingidos por Barragens -

MAB, Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva – Cedefes, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural - NEAD, que me forneceram grandes subsídios para o encaminhamento da pesquisa.

Nos estados que não apresentaram em seu *site* dados sobre a educação no campo, foi necessário a busca de informações em outros sítios, essa falta de informação pode ser resultado do descaso dos governantes para com a educação no campo. Com relação à formação de professores/ educadores do campo, existe certa preocupação em ofertar cursos de licenciatura, para atender a demanda dos movimentos sociais que lutam por seus direitos de cidadãos.

Para a constituição de um sistema público de educação do campo, tornar-se-á necessário que educadores sejam desafiados na compreensão de que uma política pública (e não um programa ou estratégia de governo) é uma política de direitos, e é preciso que as atividades docentes construam um “novo” espaço pedagógico. “[...] trata-se de ter consciência que a história da afirmação dos direitos públicos, humanos e sociais só acontecem quando é assumida, politizada e colocada nas mãos do Estado, como sua responsabilidade” (ARROYO, 2005, p. 48).

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. Os Desafios de Construção de Políticas para a Educação do Campo. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Ensino Fundamental. **Educação do Campo: Cadernos Temáticos**, Curitiba: SEED, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: 1988. Brasília-DF: Câmara dos Deputados, 2002.

_____. Resolução CNE/CEB nº. 1/2002. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Brasília: SECAD, 2002.

_____. Lei nº. 9.394/96 **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Brasília. MEC, 1996.

_____. **Site Secretarias Estaduais de Educação**, Brasília, 28 jul. Disponível em: <http://www.cform.unb.br/paginas/area_tema/instituicoes/secretarias/estadual/> Acesso em: 29 jul. 2007.

_____. **Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva**

<http://www.cedefes.org.br/new/index.php?conteudo=materias/secoes&secao=7> acesso no período de março de 2007 a dezembro de 2007.

_____. **MEC** Informações sobre a educação no Brasil, programas e projetos www.mec.gov.br/ acesso no período de março de 2007 a fevereiro de 2008.

_____. **Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural.** <www.nead.org.br/> acesso no período de março de 2007 a janeiro de 2008.

MARTINS, F.J. **Formação Continuada de Professores** – Unioeste – Escola Chico Mendes – Querência do Norte - Unioeste - campus Foz do Iguaçu: texto xerocado, 2 páginas.

PARANÁ. **Carta do Paraná para a Educação do Campo.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Curitiba: 2005.

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação Básica do Estado do Paraná** – Educação do Campo. Secretaria de Estado da Educação – SEED. Curitiba: 2006.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Ensino Fundamental. **Educação do Campo: Cadernos Temáticos**, Curitiba: SEED, 2005.

QUIRINO, R.B. **Curso de Pedagogia para Educadores do Campo:** uma experiência singular de formação inicial na Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Unioeste - campus Foz do Iguaçu: texto xerocado, 1 página.